



# A grande questão militar do momento Internacional:

## AS Forças Armadas (Sul Americanas) e o Brasil

Maj.-Brig.-do-Ar R/R Lauro Ney Menezes

A eliminação da bipolaridade de interesses (conflito Este/Oeste) desencadeou um processo de alteração da "rationale" que geria doutrinas e estratégias militares em todo o mundo civilizado. E o Brasil não ficou imune a tais mudanças.

A suposta aparente "inexistência de um inimigo" criou uma crise

de identidade nas sociedades de todo o mundo que conduziu às questões:  
- para que existem as Forças Armadas?  
- quanto custa (e vale a pena) mantê-las?  
- o quê os países recebem de volta pelo dispêndio que fazem com as Forças Armadas?

O pressuposto central desse pensamento é que, tendo sido eliminada

a Guerra Fria, seria possível reduzir os orçamentos militares em geral. Como consequência, os corolários dessa tese, sendo patrocinada pelos membros do G7, seriam:

- os arsenais militares do Terceiro Mundo (somente) deveriam ser "congelados" no ponto em questão, através de uma inspeção e decisão do Conselho de Segurança da ONU.

- O Conselho de Segurança da ONU proibiria o desenvolvimento, fabricação e ou aquisição de armas nucleares, químicas ou biológicas assim como artefatos balísticos, por parte das Nações que ainda não as possuem (leia-se Terceiro Mundo).

- Os países que violassem as resoluções da ONU ficariam submetidos às sanções

importantes por parte da comunidade internacional, não só de caráter econômico, como (e principalmente) militar.

- Caso as sanções não alterassem o comportamento dos "transgressores", uma Força Militar da ONU receberia mandato para eliminar a capacidade produtiva e quaisquer estoques de artefatos militares que tivessem sido produzidos ou adquiridos por esses infratores.

Em contrapartida à sua desmilitarização, os países do Terceiro Mundo receberiam garantias da ONU para a preservação de suas fronteiras,

seja através de ações econômicas como militares, impostas por decisões políticas desse organismo ou pela utilização de Forças Multinacionais, contra um "inimigo" que viesse a existir..

Em consequência, novas atribuições estão sendo atribuídas ao Clube dos Ricos (G7), liderado pelos USA, e que pretendem dar às Forças Armadas do Terceiro Mundo (e América Latina)

---

Em contrapartida à sua desmilitarização os países do Terceiro Mundo receberiam garantias da ONU para a preservação de suas fronteiras

---

uma atuação de caráter "policial", com ênfase no combate ao narcotráfico. Inserido nesse conceito, estaria o chamado nível "ótimo" para despesas militares: no máximo 2% do PNB de cada país do grupo "assistido".

Esse nível fixado não afetaria o Brasil já que nosso (ridículo) dispêndio militar está abaixo de 0,7% do PNB.

Entretanto, o que mais nos afeta é a proibição de prosseguir nas pesquisas científicas (incluindo nucleares e missilístico-balísticas).

Existem, portanto, duas alternativas para a estratégia futura das Forças Armadas Sul-Americanas no cenário mundial atual, (nisto incluindo o Brasil):

- aceitar o papel que lhes é atribuído e transformarem-se em super-polícia sob a "direção da Drugs Enforcement Agency americana (DEA);

- rejeitar essa opção e continuar no desenvolvimento de pesquisas que lhes dêem um potencial para adquirir

capacidade profissional (inclusive nuclear e missilístico) incorrendo o risco de sofrer as possíveis sanções da ONU.

Essa tem sido a tônica no discurso feito pelas autoridades (principalmente americanas) que nos tem visitado recentemente. Os militares brasileiros execraram e rejeitaram, fortemente, sua tese. Entretanto, o Governo Brasileiro ainda não manifestou praticamente sua vontade política quanto ao assunto; só o fez, indiretamente, reduzindo os orçamentos militares baliçando, portanto, seu caminho.

Cabe notar que a posição dos "Grandes" não mudou e até evoluiu. Sempre que possível volta ao cenário, pois encontra guarida nas teses de atuação militar da atualidade apoiada pela comunidade internacional através do Conselho de Segurança da ONU. É a tese da "invasão consentida" e os melhores exemplos são a "operação NORIEGA (Panamá)" e a "Guerra do Golfo". Ou seja: com o consentimento (?) e conveniência de qualquer Nação, a ONU, com Forças Aliadas (?) sob seu Comando, agirá militarmente em qualquer parte do mundo que lhe convenha.

Em aceitando-se (o que parece inevitável) o questionamento do

"porquê das Forças Armadas Nacionais" tem voltado com o máximo de peso à mesa das discussões de todos os Parlametos e Estados-Maiors.

No Brasil, por exemplo, mercê do sucateamento e empobrecimento das Forças Armadas, o próprio Governo, em busca de alternativas, tem oferecido "capacidade de atuação no campo social" em troca de apoio político-financeiro. Embora

não possa ser condenável, vis-a-vis à situação nacional, não deixa de ser uma deturpação à destinação constitucional das Forças Armadas. E para a qual elas não estão (nem foram) preparadas, estruturadas ou equipadas. E muito menos, em só isso executar.

Nesse panorama de "superfluidade", seria conveniente um

alerta aos "ideólogos e pensadores acadêmicos": atenção à tradicional tendência ao rápido estabelecimento de novas doutrinas, critérios, reorganização e estrutura para as Forças Armadas Brasileiras" com base em uma "nova (?) ordem militar" mundial:

*- Ela ainda nem conseguiu se sustentar em suas próprias pernas. Quanto mais pôr a cabeça para funcionar ■!!!*

---

Estabelecimento de  
novas doutrinas  
critérios, reorganização e estrutura para as  
Forças Armadas  
Brasileiras

---